

Título: Contas de luz podem subir com novos projetos de lei

Veículo: Diário do Estado

Data: 29/04/2026

Contas de luz podem subir com novos projetos de lei



Joana Versailles 29 abril 2026 Poder

Os consumidores de energia elétrica no Brasil enfrentam desafios crescentes com propostas legislativas que podem impactar suas contas de luz. No primeiro semestre, muitos consumidores já observaram aumentos superiores à inflação. Agora, estão em pauta pelo menos quinze projetos de lei que, embora voltados a beneficiar grupos específicos, têm o potencial de onerar as tarifas de energia. De acordo com o **Instituto Acende Brasil**, essas propostas abrangem desde a oferta de energia solar gratuita para famílias de baixa renda até isenções nas bandeiras tarifárias em regiões específicas, além de criar um fundo para substituir redes aéreas por subterrâneas.

No entanto, tais medidas poderiam elevar ainda mais a já sobrecarregada **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**, que já ultrapassa R\$ 50 bilhões por ano, tornando-se um dos principais componentes das tarifas repassadas aos consumidores. “Apesar de bem-intencionadas, sem fontes de financiamento claras, os custos dessas iniciativas tendem a recair sobre todos os consumidores”, alerta o **Instituto**.

Como a aprovação desses projetos pode impactar o bolso do cidadão?

Nos bastidores do Congresso, a movimentação em torno desses projetos tem sido intensa. Em pleno ano eleitoral, essa é uma pauta que ganha fôlego, dado o apelo social de medidas que prometem alívio momentâneo em despesas essenciais. No entanto, a falta de definição sobre como financiar essas iniciativas de maneira sustentável levanta preocupações entre especialistas. O risco é que, sem fontes de recursos especificadas, todos os consumidores acabem subsidiando esses benefícios.

Um exemplo é o **PL 4169/23**, que propõe 50% de desconto nas tarifas para pessoas com deficiência em lares com renda de até dez salários mínimos. O deputado **Eduardo da Fonte (PP-PE)**, defensor do projeto, justifica que tal medida é crucial para famílias que enfrentam despesas extras com saúde e terapias. Contudo, essa ajuda significativa poderia implicar aumentos para outros grupos se não houver compensações adequadas.

Quais setores podem ser mais afetados?

A natureza dos projetos suscita debates sobre seus impactos no setor energético como um todo. Propostas como a exclusão de bandeiras tarifárias para estados com superávit energético renovável podem parecer justas, mas, na prática, podem elevar custos em outras regiões, principalmente nos períodos secos. As bandeiras tarifárias foram criadas justamente para sinalizar e ajustar aumentos no custo de geração de energia, refletindo a necessidade de acionar usinas termelétricas, que são mais caras.

Para o **Paulo Pedrosa**, presidente-executivo da **Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace)**, “é tentador apoiar medidas que ajudam alguns às custas de outros, mas precisamos romper com essa lógica. Devemos buscar soluções que realmente transformem a sociedade”. Ele enfatiza que, sem mudanças profundas na estrutura tarifária, essas propostas não passam de paliativos.

O que está sendo feito para equilibrar os interesses?

A discussão em torno dos projetos ilustra um dilema comum no cenário legislativo: equilibrar benefícios sociais imediatos com a saúde financeira do sistema elétrico. O governo **Lula**, conhecido por suas políticas voltadas para o social, enfrenta o desafio de atender essas demandas sem desestabilizar o setor. Segundo recentes pesquisas, a administração atinge uma aprovação de 45%, reflexo de avanços em programas sociais como o **Bolsa Família**. Contudo, o governo sabe que precisa agir com cautela para evitar sobrecargas futuras no orçamento dos consumidores.

Por ora, não há soluções definitivas à vista. Mas as conversas entre o governo, consumidores e indústria são essenciais para encontrar um caminho viável. Enquanto o **governo Lula** tem buscado expandir fontes renováveis e melhorar a infraestrutura elétrica do país, o debate sobre financiamento permanece central.

As tarifas de energia, apesar de pressões pontuais, refletem questões estruturais mais amplas que dependem de investimentos consistentes e de um planejamento integrado. Cada projeto legislativo que emerge no Congresso é um potencial ponto de inflexão para a política energética nacional e requer análise cuidadosa de suas implicações.

Como esse panorama prossegue, é improvável que o debate se encerre em breve. O Brasil, com sua matriz energética diversificada, demanda um equilíbrio entre inovação, infraestrutura e justiça social, em um contexto onde as pressões econômicas e climáticas são cada vez mais desafiadoras. A forma como se lida com estas propostas agora poderá determinar o curso da política energética para as próximas décadas.